



# POLÍTICA ANTICORRUPÇÃO



# SUMÁRIO

1. OBJETIVO .....	3
2. APLICAÇÃO .....	3
3. REFERÊNCIAS .....	3
4. DEFINIÇÕES .....	4
5. DIRETRIZES GERAIS .....	6
6. DIRETRIZES COMPORTAMENTAIS .....	7
7. FATORES DE RISCO .....	10
8. CANAL DE DENÚNCIAS .....	11
9. POLÍTICA DE CONSEQUÊNCIAS .....	11
10. HISTÓRICO DAS ALTERAÇÕES .....	11

## 1. OBJETIVO

O **GRUPO GAZIN** ("GRUPO") não tolera nem permite práticas antiéticas ou qualquer forma de corrupção. A presente política anticorrupção visa assegurar que todos que estiverem vinculados ao **GRUPO GAZIN** observem os requisitos da Legislação Anticorrupção à qual estabelece a responsabilização das empresas e das pessoas físicas que praticarem atos de corrupção, dentre outras infrações contra administração pública, nacional ou estrangeira, estabelecendo multas, sanções administrativas e, em alguns casos, prisão dos responsáveis.

Além do compromisso ético e transparente já praticados pela GAZIN, em função das Leis Anticorrupção, esta Política tem como objetivo estabelecer diretrizes e coibir quaisquer atos que envolvam, aparentem ou caracterizem qualquer tipo de corrupção, suborno ou atos lesivos à administração pública nacional ou estrangeira.

Nossa Política Anticorrupção e de Relacionamento com o Setor Público busca, especialmente, identificar, prevenir e reduzir o risco de ocorrência de violações específicas às Leis Anticorrupção, bem como orientar seus colaboradores, e as áreas mais sensíveis a eventuais situações que possam configurar práticas de corrupção, além de oferecer meios para que a empresa possa rapidamente detectar e adotar procedimentos que coíbam tais condutas.

Por meio dessa Política, todos estão aptos a auxiliar a identificação de situações de risco de corrupção abrangidas pela legislação e pelo Código de Conduta do **GRUPO GAZIN**.

Assim sendo, é crucial que todos sigam as diretrizes desta Política, exigida para todos os colaboradores, em todos os níveis de organização, para garantir o seu pleno cumprimento.

## 2. APLICAÇÃO

A presente Política Anticorrupção é aplicável a todos os colaboradores, diretores, gerentes, e, em geral, a todas as pessoas que fazem parte da organização, independentemente do cargo ou função que ocupem, inclusive a alta administração. Sua aplicação se estende aos estagiários, aprendizes e trainees, aos prestadores de serviço, fornecedores, parceiros de negócios, consultores e terceiros, assim como os nossos concorrentes, órgãos públicos e entidades com as quais o **GRUPO GAZIN** tenha algum tipo de interação, e a qualquer outra parte que mantenha relação com o **GRUPO GAZIN**, sejam pessoas físicas ou jurídicas, com ou sem fins lucrativos, de forma a tornar-se um padrão de relacionamento interno e com o seu público de interesse.

## 3. REFERÊNCIAS

- (I) CÓDIGO DE CONDUTA;
- (II) LEI N. 12.846/2013 E DECRETO FEDERAL N. 8.420/2015;
- (III) LEI DE CONTRATOS E LICITAÇÕES (LEI 8.666/1993);
- (IV) LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (LEI 8.429/1992);
- (V) CÓDIGO PENAL (DECRETO LEI 2.848, DE 07/12/1940);
- (VI) LEI NORTE AMERICANA SOBRE PRÁTICAS DE CORRUPÇÃO NO EXTERIOR (FCPA);
- (VII) LEI BRITÂNICA ANTISUBORNO DE 2010 (UK BRIBERY ACT);
- (VIII) LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS (LEI 8.666, DE 21/06/1993).

## 4. DEFINIÇÕES

**Autoridade Pública** – Inclui, mas não se limita a:

- a. Qualquer agente ou empregado de entidade governamental, departamento, órgão ou entidade assemelhada a órgão governamental, membros do poder legislativo e judiciário, partidos políticos ou candidato a cargos políticos;
- b. Qualquer pessoa que exerça atividades públicas em/ou para departamentos, entidades ou órgãos do governo (mesmo que eles não sejam empregados de tais departamentos, entidades ou órgãos do governo);
- c. Qualquer pessoa empregada por departamento, empresas, corporações, instituições públicas e associações cíveis pertencentes ao governo, que realizam atividades ou deveres de organização, liderança, supervisão ou administração, ou pessoa designada ou enviada por entidade governamental ou por entidade de nível superior de empresas estatais, instituições públicas ou associações cíveis que realizam atividades de organização, liderança, supervisão e administração para qualquer empresa estatal, entidade ou associação pública, e;
- d. Qualquer empregado, familiar ou parente (definição abaixo) ou associado de negócios próximo do mesmo, incluindo empregados de empresas estatais que exerçam atividades de liderança ou gerenciamento.

**Administração Pública:** Pode ser considerada como o conjunto de órgãos, serviços e agentes do Estado que procuram satisfazer as necessidades da sociedade. É, portanto, a gestão dos interesses públicos por meio da prestação de serviços públicos, sendo dividida em administração direta (União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios) e indireta (autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e eventuais outras constituições de descentralização administrativa).

**Agente Público:** todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função na administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território, de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual.

**Colaboradores:** são todos os empregados, estagiários, aprendizes, conselheiros, diretores e profissionais que contribuem para os negócios e atividades da empresa, mediante a celebração de contrato de prestação de serviço;

**Due Dilligence de Terceiros:** processo de análise de Compliance em terceiros (pré-contratação e durante o período em que mantém relacionamento com a empresa);

**Lei Anticorrupção n. 12.846/13:** Lei federal sobre a responsabilização objetiva, administrativa e civil, de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública nacional e estrangeira, incluindo fraudes em licitações e contratos públicos. Foi regulamentada pelo Decreto federal no 8.420/15.

**Licitação:** Processo administrativo conduzido por um ente público para escolha de um fornecedor garantindo o princípio constitucional de isonomia. A legislação federal N. 8.666/93 estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; e a Lei N. 11.079/2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de

parceria público-privada no âmbito da administração pública.

**Pessoa Politicamente Exposta:** Agentes Públicos que desempenham ou pessoas físicas que tenham desempenhado nos últimos cinco anos, no Brasil ou em países, territórios e dependências estrangeiras, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, assim como seus representantes, familiares e estreitos colaboradores.

**Terceiros:** Toda pessoa física ou jurídica que não seja colaborador interno do **GRUPO GAZIN**, mas que com ele mantenha relação no desempenho de suas atividades, tais como parceiros, representantes, fornecedores, consultores, prestadores de serviços em geral, entre outros;

**Suborno:** Forma de corrupção que se caracteriza pelo oferecimento ou aceitação de qualquer tipo de presentes, empréstimos, honorários ou qualquer outra vantagem, com a intenção de induzir determinada pessoa a realizar uma ação ou se omitir de forma indevida, desonesta, ilegal ou que possa ocasionar perda de confiança na condução das atividades da empresa.

**Vantagem Indevida:** Vantagem indevida não é apenas dinheiro, mas também qualquer coisa de valor ou benefício oferecido ou recebido, que possa ser visto como contrapartida da obtenção de alguma forma de favorecimento indevido. Nesse sentido, presentes, viagens, refeições, descontos fora da prática comercial ou mesmo oferecimento de emprego fora das regras ordinárias de contratação, poderão ser considerados vantagem indevida.

**Associado de negócio de uma autoridade pública** - Inclui todas as pessoas que são atuais ou antigos sócios, contratadas, colegas, empreendedores conjuntos, co- investidores, consultores, conselheiros, administradores, ou que tenham qualquer outro interesse financeiro comum ou relação pessoal significativa com a Autoridade.

**Subcontrato** - Significa qualquer agente, prestador de serviços, consultor, distribuidor, contratado, vendedor, fornecedor, ou outros empregados terceirizados, sejam pessoas físicas ou jurídicas, contratadas para auxiliar o estabelecimento em qualquer função ou negócio que exigirá, ou poderá exigir, ou envolver interação com qualquer nível de governo para a realização de uma tarefa específica, dentre as definidas neste contrato.

**Pagamento facilitador** - É um pagamento a funcionário público para assegurar ou agilizar a execução de uma ação ou serviço a que uma pessoa ou empresa tenha direito normal e legal. Por exemplo, pequenos pagamentos destinados à obtenção de autorizações, licenças e outros documentos oficiais; processamento de documentos governamentais, como vistos e ordens de serviço; prestação de serviços de telefonia; fornecimento de água e energia elétrica, etc.

**Lavagem de dinheiro** - É um conjunto de operações comerciais ou financeiras que buscam a incorporação na economia dos recursos, bens e serviços que se originam ou estão ligados a atos ilícitos.

**Coisa de valor** - Para fins desta política, coisa de valor inclui dinheiro, presentes, viagens, entretenimento, ofertas de emprego, refeições a trabalho. Qualquer item de valor pode também incluir patrocínio de eventos, bolsas de estudo, apoio a pesquisas e contribuições beneficentes solicitadas, ou em benefício de um funcionário do governo, seus familiares, mesmo que sejam em benefício de uma organização benéfica legítima.

Além das definições acima já esclarecidas, exemplifica-se:



## O QUE É UM AGENTE PÚBLICO?

Exemplos mais comuns de Agentes e Funcionários Públicos:

- Funcionários do governo eleitos ou nomeados
- Oficiais e funcionários de agências governamentais
- Funcionários de agências federais, estaduais, regionais e municipais
- Funcionários de entidades que pertencem inteiramente ou parcialmente a agências federais, estaduais, regionais ou municipais
- Diretores externos de entidades estatais
- Legisladores em meio-período
- Membros da família real
- Candidatos políticos
- Funcionários do Banco Mundial, da Organização das Nações Unidas ou do Fundo Monetário Internacional
- Professores e administradores de universidades públicas e de hospitais controlados pelo governo
- Funcionários de empresas petrolíferas ou de gás de propriedade do governo
- Funcionários de bancos parcialmente nacionalizados

## 5. DIRETRIZES GERAIS

O **GRUPO GAZIN** reitera a importância da honestidade, da ética, e da transparência de suas condutas e a integral observância às leis. Além das diretrizes e princípios elencados no Código de Conduta do GRUPO, agir em conformidade com as legislações específicas que vedam a corrupção é um dever que deverá ser estritamente seguido por todos os colaboradores.

O **GRUPO GAZIN** não admite qualquer forma de corrupção em nenhuma de suas relações e adota todas as ações e procedimentos necessários para que as pessoas que integram as suas estruturas e com quem realiza negócios propaguem boas práticas de ética empresarial, de combate à corrupção, buscando sempre a erradicação das práticas ilegais, imorais e antiéticas.

Nossos colaboradores, administradores, diretores e acionistas, bem como nossos fornecedores, subcontratados, consultores e prestadores de serviços em geral e qualquer outra parte que mantenha relação com o **GRUPO GAZIN** nunca devem oferecer nem conceder, a qualquer Autoridade do Governo ou Correlato a Autoridade do Governo, qualquer vantagem, monetária ou não, com o objetivo de influenciar as decisões que afetem os negócios da sociedade, ou para obter informações confidenciais sobre oportunidades de negócios, licitações ou as atividades de seus concorrentes.

O **GRUPO GAZIN** está sempre empenhada em conduzir seus negócios, inadmitindo qualquer favorecimento pessoal ou para terceiros, jamais recorrendo a qualquer ato de corrupção ativa ou passiva.

O **GRUPO GAZIN** não tolera ou aceita qualquer favorecimento de terceiros em troca da execução de ato inerente à suas funções e também não facilita, qualquer ato abusivo que possa ser entendido como influência real ou presumida.

Qualquer ato de corrupção praticado em qualquer nível hierárquico do **GRUPO GAZIN** será considerado infração direta e gravíssima ao Código de Conduta da empresa, sem prejuízo das punições previstas na legislação brasileira.

## 6. DIRETRIZES COMPORTAMENTAIS

### 6.1. CORRUPÇÃO E SUBORNO

Para que ocorra o crime de corrupção, basta a simples promessa de uma vantagem imprópria, ainda que tal vantagem não seja efetivamente concedida. O crime de corrupção ocorre ainda quando a promessa for feita de forma indireta, por meio de um terceiro ou intermediário.

São caracterizados como corrupção todos os atos lesivos à administração pública e, portanto, terminantemente proibidos a todos os colaboradores, e abrangidos por esta política do GRUPO:

#### EXEMPLOS DE ATOS LESIVOS

- **Prometer**, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida ao agente público ou a terceira pessoa a ele relacionada;
- **Financiar**, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática de atos associados à corrupção;
- **Utilizar-se** de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;
- **Afastar** ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- **Fraudar** licitação pública ou contrato dela decorrente;
- **Criar**, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
- **Obter** vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- **Manipular** ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;
- **Dificultar** atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.
- **Oferecer ou prometer** aos agentes públicos ou privado benefício ou vantagem de qualquer tipo.

#### EXIGIDO – O QUE FAZER

Caso os colaboradores sejam contatados por um agente público induzindo ou exigindo que seja promovida qualquer conduta proibida, deverão indicar expressamente que o **GRUPO** proíbe tal tipo de conduta e encerrar imediatamente tal contato e, ato contínuo, deverão registrar e informar imediatamente no Canal de Denúncia e/ou Comitê de Compliance para tomar as medidas cabíveis.

#### 6.1.1. SUBORNO

É vedado o pagamento ou oferecimento de coisa de valor a qualquer pessoa, de natureza pública ou privada, com quem a empresa mantenha contato a fim de obter vantagem imprópria. Os colaboradores ou terceiros que se recusem a pagar ou aceitar suborno, não sofrerão consequências adversas mesmo que isso resulte na perda de negócios.

## EXEMPLOS DE VANTAGEM IMPRÓPRIA

- A “vantagem imprópria” é aquela que está contrária às leis aplicáveis e aos valores previstos no Código de Conduta e nas Políticas do **GRUPO GAZIN**. Esta “vantagem imprópria” pode ocorrer na forma de recebimento de dinheiro (dinheiro em espécie ou em cheque, transferência bancária ou outras), recebimento de bens diversos (joias, móveis, imóveis, etc.) ou de prestações em espécie, tais como entretenimento, viagens, upgrade para passagens aéreas de classe superior, extensão de viagens para resorts, patrocínio e contratação de parentes ou amigos, dentre outros.
- A “vantagem imprópria” pode assumir outras formas como um tratamento preferencial, a celebração de um contrato, a divulgação de informações confidenciais ou sensíveis, uma isenção de taxas, ou a dispensa de penalidades resultantes de uma investigação fiscal.

O Código Penal Brasileiro define como crime de extorsão (art. 158) o ato que constrange alguém, mediante violência ou grave ameaça, e com o intuito de obter para si ou para outrem indevida vantagem econômica, a fazer, tolerar que se faça ou deixar de fazer alguma coisa.

O **GRUPO GAZIN**, por meio de seus colaboradores e terceiros, não tolera e rejeitará qualquer solicitação direta ou indireta de extorsão feita por quaisquer terceiros, seja agente público ou privado, mesmo que o GRUPO seja prejudicado por não compactuar com tal extorsão. Diante disso, poderá ocorrer situações em que o colaborador se depare com agentes (públicos ou privados) que irão abusar da sua autoridade para obter vantagens impróprias.

## EXIGIDO – O QUE FAZER

- **Adotar** procedimentos transparentes.
- **Garantir** que as decisões do **GRUPO GAZIN** sejam tomadas de maneira independente dos interesses dos agentes públicos.
- **Informar** ao agente público que o **GRUPO** é uma empresa íntegra e transparente, e que as decisões são tomadas por meio de processo documentado, em estrita observação às legislações vigentes;
- Caso os colaboradores se deparem com qualquer indício de suborno ou extorsão, de qualquer espécie, ou qualquer outro ato proibido, deverão indicar expressamente que o **GRUPO** proíbe tal tipo de contato e encerrar imediatamente tal discussão e, ato contínuo, deverá buscar orientação junto ao seu gestor, no Canal de Denúncia e/ou ao Comitê de Compliance.

## 6.2. LAVAGEM DE DINHEIRO

O **GRUPO GAZIN** não compactua com a lavagem de dinheiro e proíbe sua prática.

Os colaboradores envolvidos em qualquer das fases de lavagem de dinheiro, sofrerão as consequências previstas nesta Política. O GRUPO proíbe a utilização de qualquer de seus fundos, ativos ou contas bancárias para quaisquer fins ilegais.



### 6.3. PAGAMENTOS DE FACILITAÇÃO

São conhecidos como “pagamentos de facilitação/desembaraço/agilidade” pagamentos oferecidos ou feitos a funcionários tanto do setor público como do setor privado, como benefício pessoal, para garantir ou acelerar a execução de atos de rotina a que a empresa tenha direito.

O GRUPO não tolera essa prática, e proíbe, expressamente, o oferecimento ou pagamento de qualquer bem, dinheiro, ou vantagem, para acelerar, facilitar ou desembaraçar a obtenção de licenças, autorizações, permissões e decisões de qualquer ordem, por seus colaboradores, fornecedores ou agentes intermediários.

#### EXIGIDO – O QUE FAZER

Na hipótese do colaborador se encontrar em situação parecida com as descritas acima e esteja em dúvida sobre a possibilidade de um pagamento solicitado ou proposto constituir um pagamento de facilitação, ou se tiver outras dúvidas relacionadas a esse tipo de pagamento, consulte seu gestor, o Comitê de Compliance e/ou por meio dos canais de denúncia.

### 6.4. LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

Toda e qualquer participação do **GRUPO GAZIN** em licitações ou a celebração de contratos com a administração pública deve ser transparente e amparada na Lei n. 8.666/1993. Aos colaboradores da empresa e terceiros é proibido o oferecimento de vantagem indevida ao agente público, especialmente visando, mas não se limitando a influenciá-lo no sentido de:

#### PROIBIDO – O QUE NÃO FAZER

- **Frustrar ou fraudar**, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
- **Impedir, perturbar ou fraudar** a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
- **Dispensar** qualquer licitação quando esta deva ocorrer;
- **Restringir** ou frustrar o caráter competitivo de uma licitação;
- **Estabelecer** tratamento diferenciado a qualquer participante de processo licitatório;
- **Patrocinar** interesse privado que influencie processo licitatório ou celebração de contrato.

### 6.5. CONTRATAÇÕES DE TERCEIROS

O **GRUPO GAZIN** conduz suas atividades segundo os mais altos padrões de ética e integridade e fazem negócios somente com terceiros íntegros, honestos e qualificados, e que se submetam à devida due diligence antes da contratação, bem como ao monitoramento de suas atividades posteriormente, sem que isso configure subordinação ou vínculo de emprego. Para tanto, os processos de contratação de terceiros devem seguir as diretrizes estabelecidas na **Política de Contratação de Terceiros**, redigida para esta finalidade.

### 6.6. FUSÕES, AQUISIÇÕES E REESTRUTURAÇÕES SOCIETÁRIAS

As fusões, aquisições e reestruturações societárias podem representar situações de risco, pois há possibilidade de a empresa herdar passivos de atos ilícitos praticados anteriormente

à operação. Todas as vezes que o **GRUPO GAZIN** buscar novos negócios por meio de fusão, incorporação, aquisição de qualquer organização ou ativo, deve ser realizado processo de due diligence criterioso e incluir no contrato de compra e venda cláusulas anticorrupção adequadas, além de considerar outras opções disponíveis para evitar a sucessão de qualquer passivo anterior ao fechamento da operação.

#### EXIGIDO – O QUE FAZER

- Caso seja identificada qualquer violação às Leis Anticorrupção, deve ser feita denúncia ao Canal de Denúncias do GRUPO, reportando a situação;
- Em qualquer caso, depois da conclusão da fusão, incorporação ou aquisição, deve ser conduzida uma análise de conformidade com as Leis Anticorrupção e à política anticorrupção da organização adquirida ou incorporada e implementar as medidas de conformidade de acordo com o Programa de Compliance.

### 6.7. CONTROLES CONTÁBEIS

O **GRUPO GAZIN** mantém um sistema de controle contábil interno que impõe que todos os empregados e administradores façam e mantenham registros detalhados de maneira fidedigna e que reflitam fielmente as operações e a disposição dos ativos da empresa. Lançamentos falsos, enganosos ou incompletos em tais registros ou em outros documentos são estritamente proibidos. Os ativos fixos devem ser confrontados regularmente com os ativos contábeis.

As despesas em que os empregados, administradores e terceiros relacionados ao GRUPO incorrerem deverão ser comprovadas por meio de descrição detalhada de atividades e por notas fiscais ou faturas originais que reflitam os valores despendidos.

A apresentação e a aceitação consciente de registros, notas fiscais, recibos e/ou faturas falsas são estritamente proibidas e ficarão sujeitas à sanção, inclusive a rescisão contratual e o ajuizamento de ação judicial contra a(s) pessoa(s) envolvida(s).

### 7. FATORES DE RISCOS

Todos os destinatários desta Política, devem estar atentos a determinados fatores de risco que podem representar ou sugerir a prática dos atos lesivos previstos na Lei 12.846/13. Algumas práticas e atos servem como alerta, sendo considerados fatores sensíveis de riscos além daqueles já expostos nessa política e nos demais documentos que fazem parte do Programa de Compliance do **GRUPO GAZIN**. São exemplos desses fatores, mas não se limitam a eles:

- Pagamento ou recebimento realizado em espécie (dinheiro);
- Descrições pouco específicas e subjetivas de receitas e despesas que gerem dificuldades relativas à identificação da origem e destino dos valores envolvidos;
- Operações em que não há clareza quanto à finalidade e de estrutura muito complexa e pouco usual;
- Proposta de valor monetário referente à remuneração de uma atividade acima da previsão dos custos para alcance do objeto contratado;
- Parceiros de negócios que não possuam política que condene objetivamente atos de corrupção

ou ilícitos assemelhados;

- Parceiros de negócios que demonstrem resistência à assinatura dos termos de adesão previstos nesta Política, que tem o objetivo de comprovar o grau de aderência do signatário à conformidade com a legislação aplicável de anticorrupção.
- Contratos em que haja sucessivos pedidos de alterações de escopo com consequente descaracterização do objeto e objetivo inicial da possível contratação;
- Fornecedores, subcontratados, despachantes, consultores, prestadores de serviços, autoridades públicas, representantes de agências reguladoras, enfim, quaisquer parceiros de negócios, sejam pessoas físicas ou jurídicas, com ou sem fins lucrativos, com histórico de violações jurídicas de qualquer natureza;
- Insistência pela contratação ou recomendação, por parte de algum envolvido na atividade ou responsável por ela, de pessoas com vínculos funcionais ou parceiros comerciais sem os conhecimentos e competências adequadas à necessidade da atividade em desenvolvimento;
- Fornecedores, subcontratados, despachantes, consultores, prestadores de serviços, autoridades públicas, representantes de agências reguladoras, enfim, quaisquer parceiros de negócios, recém constituídos, sem histórico ou formados com a exclusiva finalidade de participar da atividade em desenvolvimento.



## 8. CANAL DE DENÚNCIAS

A suspeita de qualquer atividade realizada em desacordo com esta Política, ao Código de Conduta ou ainda em desacordo com a legislação aplicável e vigente à época da atividade, deverá ser imediatamente informada no Canal de Denúncia, em caráter totalmente sigiloso:

TIPO	DESCRIÇÃO
SITE	<a href="http://www.contatoseguro.com.br/gazin">www.contatoseguro.com.br/gazin</a>
TELEFONE	0800 601 6885

O **GRUPO GAZIN** não tolera qualquer retaliação ao colaborador ou terceiro que, de boa-fé, utilizou o Canal de Denúncias, procurou o Comitê de Compliance, reportou ou se recusou a contribuir em qualquer atividade que violasse o presente procedimento.



## 9. POLÍTICA DE CONSEQUÊNCIAS

É responsabilidade de todos assegurar o cumprimento dos termos dispostos nesta Política.

As violações a essa Política serão tratadas de acordo com o Código de Conduta, Política de Gestão de Consequências e Medidas Disciplinares.



## 10. HISTÓRICO DAS ALTERAÇÕES

Data de elaboração: Outubro/2021.

Data de revisão atual: Novembro/2021.

Elaborador/Aprovador: Departamento de compliance e departamento jurídico.

Versão da Política: PA012021.

Veja mais sobre

